



UMA

NOVA ECONOMIA PARA O BRASIL

**BASES PARA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
JUSTO, SUSTENTÁVEL E SOBERANO**



Este documento busca contribuir para o debate sobre os rumos do desenvolvimento no Brasil, oferecendo um ponto de partida para a construção de uma nova economia no país. Para isso, partimos de três perguntas centrais: i) por que precisamos de uma nova economia?; ii) o que entendemos por nova economia (e o que ela não é)?; e iii) como essa nova economia pode ser orientada na prática?



MAIARA FOLLY
Diretora-Executiva

MARCO ANTONIO MARTINS DA ROCHA
Diretor Executivo

MARIANA RONDON
Diretora-Executiva Adjunta

IAGO MONTALVÃO OLIVEIRA CAMPOS
Coordenador Executivo

VITÓRIA GONZALEZ
Coordenadora de Programas

ANGÉLICA HUERTA OJEDA
Coordenadora de Pesquisa

CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA
Head de Relações Institucionais

DIÓGENES MOURA BREDAS
JOÃO VITOR SANTOS MELO
Coordenação Geral

JORGE CALVIMONTES
Pesquisador Sênior

ANA TERRA
Assistente de Advocacy

1. POR QUE DISCUTIR UMA NOVA ECONOMIA HOJE?

O debate sobre a necessidade de uma nova economia não se reduz a uma discussão acadêmica nem à busca por um ideal abstrato sobre como a economia deveria funcionar. Ele responde a uma realidade concreta: vivemos um contexto de policrise¹, em que crises econômicas, sociais, climáticas, democráticas e geopolíticas se sobrepõem, se conectam e se reforçam mutuamente. Este momento histórico evidencia as falhas do modelo econômico vigente, ameaça avanços conquistados e pressiona os limites planetários ao ponto de não retorno. Nesse cenário, crises que antes eram enfrentadas de maneira isolada precisam ser tratadas de forma mais abrangente. Por isso, respostas fragmentadas tendem a ser insuficientes e, em alguns casos, contraproducentes. Se os problemas são interligados, as soluções também precisam ser.

Embora grande parte das teorias econômicas tradicionais defenda a autonomia da economia em relação às demais dimensões da vida social, o modelo vigente está na raiz das múltiplas crises que enfrentamos hoje. Longe de serem falhas pontuais e corrigíveis de um sistema funcional, elas expressam as contradições estruturais do próprio modelo, orientado pela acumulação de riqueza em detrimento do bem comum e da saúde do planeta.

Nesse contexto, manter tudo como está (*o business as usual*) deixa de ser uma opção viável, é preciso repensar as bases do desenvolvimento. Ajustes marginais não serão suficientes, pois enfrentar desafios interligados requer negociação, inovação e articulação política. Em outras palavras, o momento atual exige um novo projeto.

No Brasil, esse debate assume contornos próprios. A história recente do país combina avanços importantes, especialmente nos anos 2000 e início dos anos 2010, com a permanência de estruturas que limitam a continuidade desses avanços. Houve melhorias na distribuição de renda, ampliação do acesso a direitos, fortalecimento da participação social, avanços em áreas estratégicas como ciência, tecnologia e inovação e maior protagonismo do Brasil na esfera internacional. Ainda assim, os avanços não foram suficientes para transformar de maneira duradoura a estrutura produtiva e as bases do desenvolvimento nacional.

É diante dessa conjuntura que a disputa eleitoral de 2026 ganha particular relevância. Em um cenário de forte polarização, não está em jogo apenas a alternância de poder, mas a escolha entre consolidar conquistas recentes ou entrar em um novo ciclo de retrocessos, que ampliarão desigualdades e comprometerão o futuro do país. Ao mesmo tempo, a continuidade, por si só, não basta. É necessário impulsionar transformações estruturais que garantam o desenvolvimento econômico, a justiça social, a soberania nacional e a sustentabilidade ambiental.

[1] Para aprofundar o debate sobre o conceito de policrise, sugerimos a leitura de: Henig, D. & Knight, D.M. (2023). Polycrisis: Prompts for an emerging worldwiew. *Anthropology Today*, 39: 3-6. Disponível em: <https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8322.12793>

2. DE QUE NOVA ECONOMIA ESTAMOS FALANDO? (O QUE É E O QUE NÃO É)

Uma nova economia, para além de um projeto de desenvolvimento, é uma escolha política sobre os rumos do país. Ou seja, a economia não funciona separada da política: toda decisão econômica envolve interesses, prioridades e disputas sobre quem ganha, quem perde e que futuro se quer construir. O termo nova economia aparece com frequência em diversos espaços de debate – da academia ao setor privado, passando por organismos multilaterais. Isso não significa que haja consenso sobre seu significado. Pelo contrário: demonstra a crescente disputa não apenas sobre o sentido termo, mas também sobre a forma como a economia deveria ser conduzida frente aos desafios de uma sociedade marcada por um modelo de acumulação de capital.

Essa disputa é central. Em alguns casos, a nova economia é usada para descrever agendas de transição energética que preservam a lógica atual de concentração de riqueza e poder. Em outros, o termo aponta para transformações estruturais na maneira de produzir, de distribuir riqueza e de organizar a vida econômica.

Definir o conceito de nova economia exige também explicitar o que ela não é: a velha economia. Com a intensificação do neoliberalismo, tem sido comum que velhos projetos se apresentem com uma roupagem renovada. Tal é o caso de propostas que incorporam termos como inclusão, sustentabilidade e justiça climática, mas acabam por reproduzir os fundamentos estruturais da velha economia. Uma agenda política que defenda o aumento da riqueza sem discutir a distribuição socialmente justa; que defenda uma transição energética sem questionar quem controla os recursos naturais e quem se beneficia deles; ou que instrumentalize o discurso climático para abrir novos mercados sem enfrentar as causas estruturais da crise ambiental não representa uma agenda da nova economia. Representa a continuidade de uma velha economia com uma nova gramática.

O neoliberalismo consolidou-se não apenas como um conjunto de políticas econômicas liberais, mas como uma lógica que transforma a concorrência em princípio norteador da sociedade. Nesse processo, valores fundamentais para o bem-estar da sociedade e para a saúde do planeta passam a ser subordinados à lógica do mercado.

A construção de um projeto de uma nova economia ganha força no campo progressista global. Nesse contexto, a desigualdade extrema, os retrocessos democráticos e a degradação ambiental não são enxergados como falhas acidentais do capitalismo, mas como resultado de escolhas políticas que promovem a concentração de riqueza, a captura das instituições democráticas e a transferência de seus custos às populações mais vulneráveis.

Por isso, entendemos a nova economia como um contraponto estrutural ao neoliberalismo e às suas diversas expressões: a austeridade como remédio universal, a naturalização das desigualdades como suposto efeito colateral da busca pelo equilíbrio de mercado e a destruição ambiental como problema administrável.

Por fim, a prática de uma nova economia se materializa por meio de ações e políticas públicas concretas que enfrentam as práticas neoliberais. Esse caminho não parte do zero. A nova economia se constrói em diálogo constante com organizações e tradições intelectuais progressistas que demonstram, com rigor e consistência, que um caminho alternativo não é apenas desejável, mas também possível e necessário. Uma nova economia não é uma evolução espontânea da economia de mercado, mas um projeto de desenvolvimento que almeja transformações estruturais. Portanto, seus princípios centrais estão ancorados na justiça social, na soberania nacional e na sustentabilidade ambiental, em articulação com a defesa dos direitos humanos, da democracia e do multilateralismo.

GUIA COMPARATIVO: A NOVA ECONOMIA EXPLICADA

O QUE É E O QUE NÃO É

O QUE É A NOVA ECONOMIA...

- 1  Um modelo que articula desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental de forma integrada.
- 2  Um projeto político, baseado em escolhas públicas e disputa democrática sobre os rumos do desenvolvimento.
- 3  Uma economia que reduz desigualdades estruturais e promove bem-estar, trabalho digno e economia do cuidado.
- 4  Uma economia que respeita os limites planetários e integra a conservação da biodiversidade ao desenvolvimento.
- 5  Um modelo que torna a sustentabilidade economicamente viável, alinhando incentivos e regras de mercado à sustentabilidade ambiental.
- 6  Uma estratégia de desenvolvimento que fortalece capacidades produtivas, tecnológicas e industriais no país.
- 7  Um Estado capaz de planejar, coordenar e induzir transformações estruturais, em diálogo com toda a sociedade.
- 8  Um modelo que articula políticas em diferentes níveis (local, nacional e internacional) de forma coordenada.
- 9  Uma economia orientada por prioridades estratégicas, conectando investimento público, inovação e bem-estar.
- 10  Um modelo que fortalece a soberania nacional e atua por um sistema multilateral mais justo, capaz de ampliar o acesso a financiamento, tecnologia e condições mais equilibradas de desenvolvimento.
- 11  Uma transição ecológica justa, que distribui custos e benefícios de forma equitativa.
- 12  Uma economia que organiza políticas públicas de forma coerente, articulando instrumentos fiscais, produtivos e sociais.

O QUE NÃO É A NOVA ECONOMIA...

- 1  Um modelo que trata crescimento econômico como um fim em si mesmo, deixando desigualdades e impactos ambientais para serem enfrentados depois.
- 2  Uma evolução 'natural' do mercado ou um ajuste técnico que prescinde de decisão política.
- 3  Um modelo que naturaliza desigualdades, precariza o trabalho e concentra renda.
- 4  Um modelo de alto carbono e alta pressão sobre recursos naturais, que trata o meio ambiente como externalidade.
- 5  Um sistema em que atividades ilegais ou predatórias seguem mais rentáveis do que alternativas sustentáveis.
- 6  Uma inserção passiva na economia global, baseada na exportação de commodities sem agregação de valor.
- 8  Um Estado mínimo ou capturado, limitado a corrigir falhas pontuais de mercado.
- 8  Um modelo com políticas fragmentadas, desarticuladas e com baixa capacidade de implementação.
- 9  Um modelo com políticas dispersas, sem direção estratégica, guiadas por interesses de curto prazo.
- 10  Modelo que reforça uma dependência estrutural de fluxos externos, tecnologia e financiamento em condições injustas, sem fortalecer a autonomia e a capacidade de negociação do país.
- 11  Uma transição verde que reproduz desigualdades ou desloca custos para populações vulneráveis.
- 12  Um conjunto de políticas isoladas, sem coordenação e sem impacto sistêmico.

2.1. A NOVA ECONOMIA COMO VETOR DOS TRÊS PILARES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICO

A nova economia se insere nos marcos do debate sobre o desenvolvimento sustentável, entendido não como um conjunto de objetivos independentes, mas como uma abordagem integrada que articula, de forma indissociável, as dimensões social, ambiental e econômica. Nesse sentido, a nova economia pode ser compreendida como um vetor, ou uma forma de materialização dessa abordagem, orientando a reorganização do desenvolvimento a partir da interdependência entre esses três pilares.

Essa perspectiva exige superar a leitura que trata estes três pilares como esferas separadas ou passíveis de compensação entre si, como se ganhos em uma dimensão pudessem justificar perdas em outra. Ao contrário, parte do reconhecimento de que decisões econômicas produzem efeitos simultâneos sobre as dimensões sociais e ambientais, que por sua vez retroalimentam e condicionam os próprios resultados econômicos. Qualquer proposta de transformação precisa considerar a ausência de hierarquia e a interdependência entre essas dimensões desde o início. Separá-las não é apenas uma simplificação analítica, mas um erro que compromete a capacidade de formular respostas eficazes e coerentes aos desafios contemporâneos.

A partir dessa compreensão, propomos três pilares para a nova economia.

2.1.1. PILAR SOCIAL: IGUALDADE E BEM-ESTAR

O pilar social coloca a desigualdade no centro da análise, não como uma externalidade, mas como um elemento estrutural do modelo econômico. Isso implica reconhecer a importância do trabalho digno, da economia do cuidado, das condições de bem-estar, da participação e da justiça social na definição dos rumos do desenvolvimento. Também exige combater de forma explícita as vulnerabilidades existentes na sociedade, uma vez que benefícios e custos do crescimento econômico não são distribuídos de maneira equitativa. Em muitos casos, os lucros e ganhos são privatizados enquanto os prejuízos são socializados². Enfrentar essas assimetrias de forma direta é parte central desse pilar.

[2] Essa dinâmica tem sido amplamente discutida na literatura especializada. Mariana Mazzucato, em *O Estado Empreendedor* (2014), demonstra como o Estado frequentemente assume os riscos associados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, enquanto os retornos são apropriados pelo setor privado. De forma convergente, Ulrich Beck, em *Sociedade de Risco* (1986), argumenta que a modernidade avançada é marcada pela socialização dos riscos e pela privatização dos benefícios, sobretudo em contextos de crises ambientais, tecnológicas e financeiras.

2.1.2. PILAR AMBIENTAL: LIMITES PLANETÁRIOS E TERRITORIALIZAÇÃO

O pilar ambiental parte do reconhecimento de que a emergência climática, a perda de biodiversidade e a crise dos sistemas sócio-ecológicos são produzidas pelo próprio modelo econômico vigente e, por isso, devem orientar sua reorganização. Isso implica incorporar os limites planetários como condicionantes das decisões produtivas, institucionais e de uso da terra, além de considerar explicitamente os territórios e os modos de vida de povos indígenas e comunidades locais, reconhecendo seu papel na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais. Também implica fortalecer salvaguardas ambientais e rejeitar soluções que, em nome da transição ou da sustentabilidade, reproduzam ou aprofundem assimetrias sociais, territoriais, financeiras e tecnológicas, dentro e entre países. Ao mesmo tempo, exige compreender a sustentabilidade como parte de uma estratégia de desenvolvimento capaz de agregar valor, ampliar capacidades produtivas e tecnológicas e corrigir desigualdades históricas.

2.1.3. PILAR ECONÔMICO: DO NÍVEL MICRO À INSERÇÃO INTERNACIONAL

O pilar econômico reconhece que a nova economia não pode se limitar a formulações macroeconômicas ou institucionais, mas deve produzir propostas capazes de dialogar com a vida cotidiana das pessoas. Por sua vez, entende que os incentivos econômicos são decisivos. Enquanto atividades ilegais ou predatórias continuarem sendo mais vantajosas do que alternativas sustentáveis, não haverá mudança estrutural. Além disso, considera a forma como o Brasil se insere na economia internacional, reconhecendo que a cooperação internacional e o multilateralismo podem ser vetores para ampliar o acesso a financiamento e a tecnologia em bases mais equitativas, promover padrões comerciais mais justos e fortalecer as condições de transformação do país e de outros países em desenvolvimento.

Por fim, a nova economia exige incorporar, de forma transversal aos três pilares, dimensões como: i) a interseccionalidade³ (especialmente raça e gênero); ii) a democracia, participação e representatividade; e iii) governança multinível. Esses elementos são condições necessárias para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e soberano.

[3] O termo interseccionalidade, cunhado em 1989 pela ativista e acadêmica Kimberlé Crenshaw, refere-se à forma como diferentes dimensões da identidade – como gênero, raça e classe – se sobrepõem e interagem, produzindo formas específicas e combinadas de desigualdade e de discriminação (ver *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cq/viewcontent.cq?article=1052&context=uclf>)

2.2. A NOVA ECONOMIA COMO PROCESSO POLÍTICO

A nova economia não surgirá de forma espontânea, nem como resultado automático da modernização dos mercados. Sua construção depende de escolhas políticas — que vão muito além de escolhas partidárias —, negociação entre diferentes atores sociais, capacidade de implementação e disputa em torno das prioridades do desenvolvimento. Isso significa que a transição para um novo modelo não se dá de uma vez nem segue uma trajetória linear: ela exige decisões no presente que respondam a necessidades urgentes, mas que também criem as bases para transformações mais profundas.

É, portanto, um processo político intencional, marcado por conflitos, contradições, negociações, recuos e disputas. Não há uma trajetória única nem uma sequência previamente estabelecida a ser seguida. As tensões entre os diferentes níveis da ação política não são obstáculos externos, mas fazem parte da própria transformação. Nesse sentido, pensar a nova economia como um processo implica reconhecer que a mudança exige escolha, coordenação e disputa ao longo do tempo.

2.3. A NOVA ECONOMIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A nova economia não surgirá de forma espontânea, nem como resultado automático da modernização dos mercados. Sua construção depende de escolhas políticas — que vão muito além de escolhas partidárias —, negociação entre diferentes atores sociais, capacidade de implementação e disputa em torno das prioridades do desenvolvimento. Isso significa que a transição para um novo modelo não se dá de uma vez nem segue uma trajetória linear: ela exige decisões no presente que respondam a necessidades urgentes, mas que também criem as bases para transformações mais profundas.

É, portanto, um processo político intencional, marcado por conflitos, contradições, negociações, recuos e disputas. Não há uma trajetória única nem uma sequência previamente estabelecida a ser seguida. As tensões entre os diferentes níveis da ação política não são obstáculos externos, mas fazem parte da própria transformação. Nesse sentido, pensar a nova economia como um processo implica reconhecer que a mudança exige escolha, coordenação e disputa ao longo do tempo.

3. EIXOS DA NOVA ECONOMIA

Os eixos a seguir constituem dimensões interdependentes de um projeto de desenvolvimento para o país. Eles não devem ser lidos como compartimentos isolados, mas como frentes articuladas de transformação que conectam escolhas políticas, capacidades estatais, reorganização produtiva, participação e bem-estar social, sustentabilidade ambiental, soberania tecnológica e inserção internacional. Em cada um deles, buscamos não apenas delimitar direções estratégicas para a construção de uma nova economia, mas também indicar agendas e instrumentos de políticas públicas capazes de traduzir esses princípios em caminhos concretos de ação. Os exemplos apresentados ao longo da seção não esgotam as possibilidades de intervenção, mas ajudam a visualizar como diferentes políticas podem operar de forma complementar na reorientação do desenvolvimento brasileiro.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO COMO POLÍTICA DE ESTADO: CAPACIDADE ESTATAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA MULTINÍVEL

A construção de uma nova economia exige reafirmar o papel do Estado como ator central na definição, coordenação e indução do desenvolvimento. Isso implica fortalecer suas capacidades institucionais, financeiras e administrativas para planejar transformações de longo prazo, orientar investimentos e articular políticas econômicas, sociais e ambientais em torno de prioridades estratégicas para o país. Essa capacidade estatal, no entanto, não se resume à ação do governo federal nem pode ser exercida de forma dissociada da sociedade. Ela depende do fortalecimento de mecanismos de participação social e concertação entre Estado, trabalhadores, setor produtivo, movimentos sociais e sociedade civil. Assim como de uma governança multinível capaz de articular União, estados e municípios, na implementação de agendas de desenvolvimento.

Isso inclui aprofundar o diálogo federativo, fortalecer instâncias de coordenação entre níveis de governo e incorporar novas diretrizes sociais, ambientais, climáticas e produtivas aos instrumentos de planejamento e desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, as compras públicas também podem operar como instrumento transversal de coordenação estatal, alinhando o uso do poder de compra do Estado a prioridades sociais, tecnológicas e produtivas.

Também faz parte desse eixo a revisão dos critérios pelos quais o próprio Estado define prioridades e avalia seus resultados. Isso implica superar o uso do Produto Bruto Interno (PIB) como a principal medida de êxito e incorporar indicadores de bem-estar, qualidade do emprego, distribuição de renda, cobertura de cuidados, redução de emissões e resiliência climática para orientar o gasto público e aferir a eficácia das políticas.

Eixo 1. Desenvolvimento como política de Estado: capacidade estatal, participação social e governança multinível

Exemplos de políticas públicas	Relação com a nova economia
• Produto Interno Verde (PIV) (Lei Nº 13.493/2017, sem regulamentação) • Proposta de um Sistema de Contas Econômicas Ambientais comparável com sistemas adotados em outros países (Lei Nº 13.493/2017, sem regulamentação) • Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima 2024-2035) • Compras públicas para estimular o desenvolvimento sustentável e estratégico (Lei nº 14.133/2021; Lei Nº 15.226/2025; Decreto Nº 11.890/2024)	Evidenciam que o desenvolvimento nacional depende da atuação deliberada do Estado na definição de prioridades, na coordenação de políticas e na orientação da atividade econômica. Por meio da mobilização de instrumentos de planejamento, da redefinição dos critérios de avaliação do desempenho econômico — incorporando as dimensões sociais e ambientais — e da utilização do gasto público de forma estratégica, essas políticas permitem alinhar diferentes setores e níveis de governo, integrando objetivos sociais, ambientais e produtivos em um mesmo projeto de desenvolvimento.

EIXO 2 - TRABALHO, REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E BEM-ESTAR

A vida da população brasileira não pode ser reduzida ao trabalho. Por essa razão, a redução progressiva da jornada de trabalho sem redução salarial deve ocupar um lugar central na construção de uma nova economia e servir como ponto de partida para um debate mais amplo sobre salário, relações trabalhistas e tempo livre. O país deve se adaptar às mudanças em curso no mundo do trabalho sem abrir mão de proteção social para quem produz diariamente a riqueza nacional. Nesse sentido, é urgente regular o trabalho em plataformas digitais, com garantia de vínculo, proteção previdenciária e direitos coletivos. Também é necessário tornar a formalização dos vínculos trabalhistas mais viável e economicamente atrativa, por meio da simplificação tributária para microempreendedores e da ampliação do acesso a crédito subsidiado e assistência técnica para cooperativas e associações produtivas comprometidas com padrões de trabalho decente.

A economia do cuidado – realizada majoritariamente por mulheres – precisa ser reconhecida, valorizada e financiada. Isso passa tanto pela ampliação de direitos previdenciários e pelo acesso a programas sociais para essas pessoas, quanto pela expansão de equipamentos públicos de cuidado em tempo integral, como creches e instituições voltadas ao atendimento de pessoas idosas.

Por fim, os avanços recentes relacionados à reforma tributária precisam ser aprofundados por meio da ampliação da progressividade sobre patrimônio e herança, de modo a fortalecer a redistribuição de renda e a complementar as políticas sociais já implementadas.

Eixo 2. Trabalho, redistribuição de renda e bem-estar	
Exemplos de políticas públicas	Relação com a nova economia
- Fim da escala 6x1 (PEC 148/2015; PEC 8/2025) - Tarifa Zero (PEC Nº 25/2023; PL Nº 3278-A/2021) - Regulação do trabalho em plataformas (PLP Nº 12/2024; PLP Nº 152/2025) - Política Nacional de Cuidados (Lei Nº 15.069/2024) - Política Nacional Integrada da Primeira Infância (Decreto nº 12.574/2025).	Reorganizam a relação entre trabalho, renda e bem-estar ao redefinir o tempo de trabalho, ampliar a proteção social e expandir o acesso a serviços essenciais. Combinam regulação do trabalho, redução do custo de vida e fortalecimento das políticas de cuidado, promovendo melhores condições de vida, redução de desigualdades e maior segurança econômica.

EIXO 3 - TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA E REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

É urgente reorganizar o modelo produtivo brasileiro e o padrão de inserção internacional do país. A economia mundial atravessa um novo momento, em que os setores relacionados à transição energética e à economia de dados vêm redefinindo vantagens competitivas e ampliando o poder dos países que controlam ou internalizam etapas estratégicas dessas cadeias. O Brasil tem ativos naturais, econômicos e sociais estratégicos para reposicionar seu modelo produtivo nesse cenário, e a transformação ecológica pode ser o caminho para combinar reindustrialização, agregação de valor e sustentabilidade.

Nesse sentido, algumas frentes são centrais: políticas industriais verdes com exigência de conteúdo local em setores como energias renováveis, mobilidade sustentável e tecnologias de baixo carbono; políticas de fomento à bioeconomia; e instrumentos de regulação fundiária e incentivos econômicos que tornem a proteção dos territórios e o uso sustentável dos recursos naturais mais vantajosos e rentáveis do que o desmatamento ilegal e demais crimes ambientais.

A dimensão da justiça climática é transversal neste eixo. Isso significa que qualquer política de transição precisa assegurar a consulta prévia aos povos indígenas e comunidades tradicionais, distribuir de forma justa seus benefícios e proteger os trabalhadores nos setores afetados pela descarbonização, com programas de reconversão produtiva e manutenção de renda.

Eixo 3. Transformação ecológica e reorganização produtiva	
Exemplos de políticas públicas	Relação com a nova economia
• Plano de Transformação Ecológica – Novo Brasil • Nova Indústria Brasil (NIB) • Transição da agricultura para produção de baixas emissões (Lei Nº 12.187/2009; Decreto Nº 10.431/2020; Decreto Nº 10.606/2021) • Fundo de Transição Energética financiado por receitas de petróleo e gás (proposta)	Articulam política industrial, financiamento público e transformação do uso da terra para reorientar o modelo produtivo a partir da transformação ecológica. Mediante a combinação de reindustrialização, agricultura de baixas emissões e investimento em energia limpa — inclusive por meio do uso de receitas do petróleo e do gás para financiar a transição energética —, integram sustentabilidade, agregação de valor e geração de emprego em uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

EIXO 4 - MACROECONOMIA, FINANÇAS E INCENTIVOS

O debate sobre as regras fiscais que organizam a macroeconomia nacional é tão delicado quanto urgente. Embora as regras fiscais atuais permitam alguma ampliação do gasto público, elas seguem impondo limites incompatíveis com as necessidades do Estado brasileiro e restringem o investimento público. Revisá-las não significa defender gasto público desenfreado ou sem critérios, mas garantir a flexibilidade necessária para reparar desigualdades históricas e impulsionar transformações produtivas. O mundo assiste à volta do Estado como instrumento indutor do desenvolvimento – e isso tem exigido rever abordagens rígidas de estabilidade fiscal que, por muito tempo, orientaram de forma quase exclusiva a política econômica apesar de seus elevados custos sociais.

Nesse contexto, são necessários novos critérios para o desenho das regras fiscais. Isso inclui, por exemplo, considerar indicadores de emprego na definição das metas de inflação e criar mecanismos de estabilização que permitam a manutenção do investimento público em períodos de estagnação e crise.

Os instrumentos públicos de financiamento de longo prazo também são centrais para uma nova economia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve continuar sendo fortalecido como indutor do desenvolvimento sustentável e da transição verde no Brasil, servindo como instrumento de *de-risking* para investimentos produtivos, porém aumentando seu papel de provedor de crédito subsidiado para setores emergentes, como inteligência artificial, semicondutores e baterias elétricas.

Na área tributária, é preciso rever benefícios fiscais que não comprovem geração de emprego, inovação ou retorno social; fortalecer o combate à evasão e ao planejamento tributário abusivo, sobretudo por parte de grandes empresas e multinacionais; e condicionar subsídios, compras públicas e financiamento ao cumprimento de requisitos socioambientais verificáveis, alinhados à Taxonomia Sustentável Brasileira. O objetivo é fazer com que comportamentos social e ambientalmente responsáveis deixem de ser exceção e passem a contar com incentivos concretos.

Eixo 4. Macroeconomia, finanças e incentivos	
Exemplos de políticas públicas	Relação com a nova economia
• Tributação de lucros e dividendos muito elevados (Lei Nº 15.270) • Imposto sobre grandes fortunas (ADO 55) • Taxonomia Sustentável Brasileira (Decreto Nº 12.705/2025, em desenvolvimento) • Tributação de consumo de bens e serviços de luxo de altas emissões (proposta)	Reorientam a estrutura de incentivos econômicos ao incidir sobre renda, patrimônio e padrões de consumo, enquanto direcionam fluxos de capital para atividades alinhadas a objetivos sociais e ambientais. Através da combinação da progressividade tributária e de instrumentos de classificação e financiamento sustentável, contribuem para reduzir desigualdades, ampliar a capacidade de investimento e alinhar a economia à transformação ecológica.

EIXO 5 - TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E SOBERANIA

O investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é um dos pilares do desenvolvimento e uma das principais ferramentas para que o país amplie suas capacidades produtivas, reduza dependências e avance na superação de defasagens históricas e tecnológicas, em um processo de aproximação da fronteira tecnológica (*catch-up*). As transformações em curso na economia global exigem não apenas mais recursos para a área, mas também a revisão do desenho, da coordenação e dos objetivos das políticas públicas de CT&I.

Nesse debate, dois conceitos têm ganhado centralidade. O primeiro é o de soberania tecnológica⁴, entendida como a capacidade do país para definir suas prioridades em pesquisa e inovação tecnológica. No caso brasileiro, essa agenda é especialmente importante diante do risco de o país permanecer limitado ao papel de fornecedor de recursos estratégicos para a transição energética de outras economias, sem internalizar capacidades produtivas, tecnológicas e industriais.

O segundo conceito é o de políticas orientadas por missões⁵, que se consolidou como referência para as políticas industriais e de CT&I. Essa abordagem propõe orientar o financiamento, a coordenação institucional e os esforços de pesquisa e inovação em torno de desafios concretos e estratégicos para o país, exigindo maior articulação entre áreas, setores e níveis de governo.

Entre as medidas prioritárias estão a construção de capacidade pública em áreas estratégicas, como semicondutores; a regulação da inteligência artificial, com exigências de transparência algorítmica, proteção de dados e responsabilização por discriminações automatizadas; o fortalecimento da soberania de dados; e a formação profissional voltada às ocupações emergentes da transformação ecológica e da economia digital.

A política de compras públicas deve exigir conteúdo tecnológico nacional crescente em setores estratégicos — saúde, energia, segurança, educação —, criando demanda capaz de induzir investimentos domésticos em pesquisa e desenvolvimento. Da mesma forma, a soberania de dados deve ser tratada como infraestrutura pública, com servidores nacionais, padrões abertos e mecanismos transparentes de governança para as plataformas que intermediam a vida econômica e social.

[4] O conceito de soberania tecnológica aqui empregado aproxima-se da perspectiva de Evgeny Morozov, que discute a autonomia dos países na governança de infraestruturas digitais e produtivas frente ao chamado “extrativismo digital”, no qual economias periféricas atuam como fornecedoras de dados e recursos enquanto o valor tecnológico é concentrado em grandes centros globais (ver, por exemplo, *Digital Socialism? The Calculation Debate in the Age of Big Data*, 2019). Dialoga também com a abordagem de Mariana Mazzucato em *O Estado Empreendedor* (2014), ao enfatizar o papel do Estado na definição de prioridades estratégicas para o desenvolvimento tecnológico e produtivo. Como ressalta Morozov, “lutar por soberania tecnológica sem lutar por soberania econômica é inútil” (em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, disponível em: <https://diplomatique.org.br/lutar-por-soberania-tecnologica-sem-lutar-por-soberania-economica-e-inutil/>).

[5] O conceito de políticas orientadas por missões, sistematizado por Mariana Mazzucato, propõe organizar a ação pública não a partir de setores ou projetos isolados, mas de objetivos estratégicos amplos capazes de orientar investimentos, coordenação institucional e inovação. Essas missões devem ser ambiciosas e realistas, intersetoriais e interdisciplinares, oferecer direção clara, e estimular múltiplas soluções de baixo para cima (ver *Missão Economia: Um Guia Inovador para Mudar o Capitalismo*, 2022).

Eixo 5. Tecnologia, inovação e soberania	
Exemplos de políticas públicas	Relação com a nova economia
• Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2024-2034 • Combate à obsolescência programada (PL Nº 805/2024) • Fortalecimento da logística reversa com inclusão de catadores (Lei Nº 12.305/2010; Decreto Nº 11.414/2023) • Bancos comunitários e finanças populares e solidárias (PLP Nº 93/2007)	Redefinem o desenvolvimento tecnológico por meio da construção de capacidades nacionais, da transformação dos padrões de produção e da ampliação do acesso a instrumentos econômicos e produtivos. Integram política de ciência e inovação, práticas de economia circular — tais como o reconhecimento do trabalho dos catadores — e finanças inclusivas, fortalecendo a soberania tecnológica, ampliando a autonomia produtiva e democratizando o acesso às bases econômicas e tecnológicas do desenvolvimento.

EIXO 6 - POLÍTICA EXTERNA SOBERANA, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E MULTILATERALISMO

A construção de uma nova economia no Brasil esbarra em constrangimentos estruturais que não podem ser enfrentados apenas no plano doméstico. Em um sistema internacional marcado por assimetrias de poder, países em desenvolvimento seguem submetidos a condições desiguais de acesso a financiamento, tecnologia e mercados. O elevado custo de capital para os países em desenvolvimento, alimentado por percepções de risco desfavoráveis e por arquiteturas financeiras internacionais excludentes, penaliza estratégias nacionais de investimento de longo prazo.

Ao mesmo tempo, regras rígidas de propriedade intelectual dificultam o acesso a tecnologias estratégicas e limitam processos de industrialização, enquanto certos acordos e normas comerciais tendem a reforçar especializações regressivas e relações de dependência.

A vulnerabilidade externa também se expressa na centralidade do dólar e na hierarquia monetária internacional. A dependência de moeda forte para financiamento, comércio e reservas amplia riscos cambiais, pressiona o endividamento e reduz o espaço de política econômica nos países em desenvolvimento. Em contextos de choques inflacionários ou de elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, essa assimetria se traduz em fuga de capitais, desvalorização cambial, encarecimento do crédito e aprofundamento da instabilidade macroeconômica no Sul Global. Esses fatores mostram que o debate sobre desenvolvimento, soberania e transformação produtiva exige considerar não apenas variáveis internas, mas também os condicionantes da economia política internacional.

Nesse contexto, a política externa soberana, a cooperação internacional e o multilateralismo são dimensões centrais de uma nova economia. Não se trata apenas de defender abstratamente a cooperação entre países, mas de utilizá-la para reduzir obstáculos estruturais ao desenvolvimento e ampliar a capacidade do Brasil de definir sua própria trajetória. Isso inclui atuar por reformas nas instituições financeiras internacionais, defender maior acesso a financiamento em condições justas, contestar regras que bloqueiam a difusão tecnológica, fortalecer mecanismos de cooperação monetária e financeira e revitalizar o multilateralismo – incluindo a ONU – como espaço legítimo e efetivo de coordenação política, negociação e construção de respostas coletivas aos desafios do desenvolvimento, da desigualdade e da crise climática.

Ao mesmo tempo, a política externa pode ser um veículo para explorar complementaridades econômicas, produtivas e tecnológicas entre países do Sul Global, em especial na América Latina e no Caribe. O aprofundamento da integração regional pode ampliar mercados consumidores, articular diferentes bases industriais, níveis tecnológicos e disponibilidades de recursos naturais, criando escala para políticas industriais e de transição ecológica que seriam mais frágeis se conduzidas isoladamente. Por exemplo, o fortalecimento de cadeias regionais de valor, apoiadas por instrumentos de cooperação Sul-Sul e por bancos de desenvolvimento multilaterais, regionais e nacionais, pode reduzir vulnerabilidades externas, estimular a agregação de valor e ampliar a autonomia estratégica do Brasil e da região. Assim, a política externa deixa de ocupar um lugar periférico e passa a integrar, de forma constitutiva, um projeto de desenvolvimento justo, sustentável e soberano.

Eixo 6: Política externa soberana, cooperação internacional e multilateralismo

Exemplos de políticas públicas	Relação com a nova economia
• Laboratório do BRICS sobre Comércio, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável • Pool de patentes para tecnologias climáticas (BRICS, com compartilhamento de propriedade intelectual e licenciamento facilitado entre países) • Compras públicas regionais conjuntas de medicamentos (UNASUR/MERCOSUL, com negociação e aquisição coordenadas) • Agenda de cooperação transregional África-América Latina e Caribe para uma política industrial verde (GRIP-<i>Green Industrial Policy</i>, com foco em comércio, tecnologia e financiamento) • <i>Tropical Forests Forever Facility</i> – TFFF (mecanismo financeiro internacional, liderado pelo Brasil, para remunerar a conservação de florestas tropicais e mobilizar investimentos de longo prazo) • Aliança Global para Transições Justas (proposta de plataforma internacional, nos moldes da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza do G20, voltada a mobilizar financiamento, facilitar a transferência de tecnologia e fortalecer capacidades para a implementação de transições justas) • Incentivos positivos para importação e exportação de produtos de baixo carbono (proposta)	Fortalecem o papel da política externa e da cooperação internacional como instrumentos de desenvolvimento, articulando cooperação entre países do Sul Global, compartilhamento de tecnologia e novos mecanismos de financiamento. Combinam coordenação em comércio e clima, acesso ampliado a tecnologias estratégicas, compras públicas conjuntas e instrumentos financeiros inovadores para bens públicos globais, ampliando a capacidade de incidência coletiva, reduzindo assimetrias estruturais e reforçando a soberania econômica e política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NOVA ECONOMIA COMO PROJETO COMUM EM CONSTRUÇÃO

A nova economia não é um programa fechado nem uma lista acabada de medidas. Ela é, antes de tudo, um projeto em construção que busca responder a um contexto de polícrise e à necessidade de reformular o desenvolvimento brasileiro sobre novas bases. Trata-se de reconhecer que não há solução técnica neutra para os impasses do presente: o que está em jogo são escolhas sobre como organizar a vida econômica, distribuir riqueza, enfrentar desigualdades, lidar com os limites ecológicos e ampliar a capacidade do país de decidir sobre seu próprio futuro de maneira soberana.

Os seis eixos apresentados neste documento não representam compartimentos isolados, mas dimensões transversais e interdependentes de um mesmo projeto. É essa coerência entre eixos, entre temporalidades e entre níveis de ação — do local ao internacional — que distingue uma nova economia de um conjunto de políticas setoriais bem-intencionadas, porém desconexas. Isso significa reconhecer que a transformação do desenvolvimento brasileiro não depende apenas de escolhas domésticas, mas também da forma como o país se insere na economia política internacional, enfrenta constrangimentos externos e atua para ampliar seu espaço de decisão em temas como financiamento, tecnologia, comércio e clima. O que está em jogo não é apenas a eficácia de cada medida isolada, mas a capacidade de sustentar, ao longo do tempo e diante de adversidades, as escolhas que uma transformação estrutural exige.

Esse projeto está em construção e sua consolidação depende de uma arquitetura institucional, orçamentária e regulatória capaz de tornar a transformação economicamente viável e politicamente sustentável. Isto é, não apenas formular políticas públicas adequadas, mas criar condições para que essas políticas se reforcem mutuamente. Para isso, é necessária uma arquitetura pública capaz de sustentar a transformação ao longo do tempo ao combinar planejamento, financiamento, coordenação federativa, participação social e capacidade regulatória. Em outras palavras, a consolidação de uma nova economia depende tanto da qualidade das políticas públicas quanto da capacidade de criar as condições para sua continuidade, escala e legitimidade democrática.

No plano internacional, faz-se necessário buscar caminhos concretos para consolidar uma política externa soberana, comprometida com a cooperação internacional, com a revitalização do multilateralismo e com a construção de regras mais equitativas de governança global, capazes de reduzir assimetrias históricas e ampliar a capacidade de incidência do Brasil e de outros países em desenvolvimento.

Com base nesses eixos estruturantes, a Plataforma CIPÓ e o Transforma se dedicarão à construção de um banco de propostas e soluções voltado a reunir, sistematizar e qualificar políticas públicas e propostas legislativas que contribuam para traduzir essa agenda em caminhos concretos de transformação para o Brasil. Mais do que encerrar um debate, este documento pretende abrir uma agenda de trabalho e incidência voltada à construção de alternativas capazes de orientar, de forma articulada, um projeto de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável e soberano.

